



# 2026

Ano base 2025

## CARTA ANUAL

DE POLÍTICAS PÚBLICAS E  
GOVERNAÇÃO CORPORATIVA



## Mensagem do Conselho de Administração

É com responsabilidade e confiança que a Empresa de Pesquisa Energética apresenta sua Carta Anual de Políticas Públicas relativa a 2026, referente ao exercício social de 2025.

O ano de 2025 representou mais um período de consolidação da atuação institucional da EPE no planejamento energético brasileiro, reforçando sua reputação técnica, sua governança corporativa e sua contribuição para a formulação de políticas públicas no setor energético.

Ao longo do exercício, a EPE manteve seu compromisso com a produção de estudos, dados e análises que subsidiam decisões estratégicas do Ministério de Minas e Energia e dos diversos agentes do setor. Destacaram-se iniciativas voltadas ao planejamento da expansão energética, ao acompanhamento da transição energética e ao fortalecimento da transparência e da disseminação de informações para a sociedade.

O período também foi marcado pelo fortalecimento institucional da Empresa, com a incorporação de novos profissionais oriundos do 9º Concurso Público e a ampliação das ações de capacitação e desenvolvimento de pessoal, contribuindo para a consolidação de um corpo técnico altamente qualificado e preparado para enfrentar os desafios crescentes do planejamento energético.

No campo da governança corporativa, a EPE avançou na implementação de práticas voltadas à gestão por resultados, ao fortalecimento da integridade institucional e à melhoria dos mecanismos de transparência e prestação de contas. Iniciativas como a adoção de objetivos e resultados-chave (OKRs), o aperfeiçoamento dos processos de gestão documental e a continuidade das ações relacionadas ao Programa Nacional de Combate à Corrupção demonstram o compromisso permanente da Empresa com as melhores práticas de governança.

Do ponto de vista do planejamento energético, a EPE manteve sua atuação em estudos estruturantes do setor, incluindo o Plano Decenal de Expansão de Energia, análises relacionadas ao Plano Nacional de Energia e estudos sobre infraestrutura de gás natural, biocombustíveis e novas tecnologias energéticas. Esses trabalhos contribuem para orientar decisões de investimento, promover segurança energética e apoiar a transição para uma matriz energética cada vez mais sustentável.

Adicionalmente, a EPE ampliou sua participação em fóruns nacionais e internacionais relacionados à energia e às mudanças climáticas, contribuindo para o debate global sobre transição energética e desenvolvimento sustentável.

Com base nesses avanços, a EPE reafirma seu compromisso com a excelência técnica, a ética, a transparência e a geração de valor público. Em conjunto com o Ministério de Minas e Energia e com as demais instituições do setor, a Empresa seguirá contribuindo para o fortalecimento do planejamento energético brasileiro e para o desenvolvimento sustentável do país.

**Isabela Sales Vieira**  
Presidente do Conselho de Administração  
abril de 2026

## Identificação Geral

Em conformidade com o art. 8º, incisos I e VIII, da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e com o art. 13, incisos I, III e VIII, do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, o Conselho de Administração subscreve a Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) referente ao exercício social de 2025.

<b>CNPJ</b>	<b>06.977.747/0001-80   NIRE 53 5 0000503-0</b>
<b>Sede</b>	<b>Brasília/DF   Escritório central: Rio de Janeiro/RJ</b>
<b>Tipo de estatal</b>	<b>Empresa Pública</b>
<b>Acionista controlador</b>	<b>União</b>
<b>Tipo societário</b>	<b>Sociedade Anônima</b>
<b>Tipo de capital</b>	<b>Fechado</b>
<b>Abrangência de atuação</b>	<b>Nacional</b>
<b>Setor de atuação</b>	<b>Planejamento, Pesquisa e Desenvolvimento.</b>
<b>Diretor de Gestão Corporativa</b>	<b>Carlos Eduardo Cabral Carvalho</b> e-mail: <a href="mailto:carlos.cabral@epe.gov.br">carlos.cabral@epe.gov.br</a>
<b>Auditor Independente no ano base</b>	<b>BKR - Lopes &amp; Machado Assessoria Tributaria e Empresarial Ltda</b> <a href="mailto:rj@bkr-lobesmachado.com.br">rj@bkr-lobesmachado.com.br</a> 21 2156-5800
<b>Conselheiros de Administração subscritores desta Carta Anual</b>	<b>Isabela Sales Vieira (CPF: ***.427.644-**)</b> <b>Charles Carvalho Guedes (CPF: ***.600.681-**)</b> <b>Ronaldo Shuck (CPF: ***.125.450-**)</b> <b>Elisa de Oliveira Alves (CPF: ***.534.846-**)</b> <b>Euler João Geraldo da Silva (CPF: ***.570.806-**)</b> <b>Thiago Guilherme Ferreira Prado (CPF: ***.938.841-**)</b> <b>Thiago Guilherme Ferreira Prado (CPF: ***.938.841-**)</b> Cargo: Presidente <b>Carlos Eduardo Cabral Carvalho (CPF: ***.598.972-**)</b> Cargo: Diretor de Gestão Corporativa
<b>Administradores subscritores desta Carta Anual</b>	<b>Heloisa Borges Bastos Esteves (CPF: ***.693.437-**)</b> Cargo: Diretora de Estudos do Petróleo, Gás e Biocombustíveis <b>Thiago Ivanoski Teixeira (CPF: ***.312.675-**)</b> Cargo: Diretor de Estudos Econômico-Energéticos e Ambientais <b>Reinaldo da Cruz Garcia (CPF: ***.944.628-**)</b> Cargo: Diretor de Estudos de Energia Elétrica

## Sumário

1	Apresentação da empresa .....	6
2	Contribuições para as políticas públicas .....	9
2.1	Entregas de valor público .....	9
2.2	Declaração de recursos .....	12
2.3	Aderência aos ODS e iniciativas de ASG .....	14
3	Governança corporativa.....	18
3.1	Informações societárias e governança corporativa.....	18
3.2	Dados econômico-financeiros, comentários dos administradores e fatores de risco.....	22
3.2.1	Dados Econômico-Financeiros.....	22
3.2.2	Comentários dos Administradores .....	23
3.2.3	Fatores de risco .....	24
3.3	Composição e remuneração da administração .....	25
3.3.1	Programa de Remuneração Variável.....	25
3.4	Inovações em governança corporativa.....	26



# POLÍTICAS PÚBLICAS



# 1 Apresentação da empresa

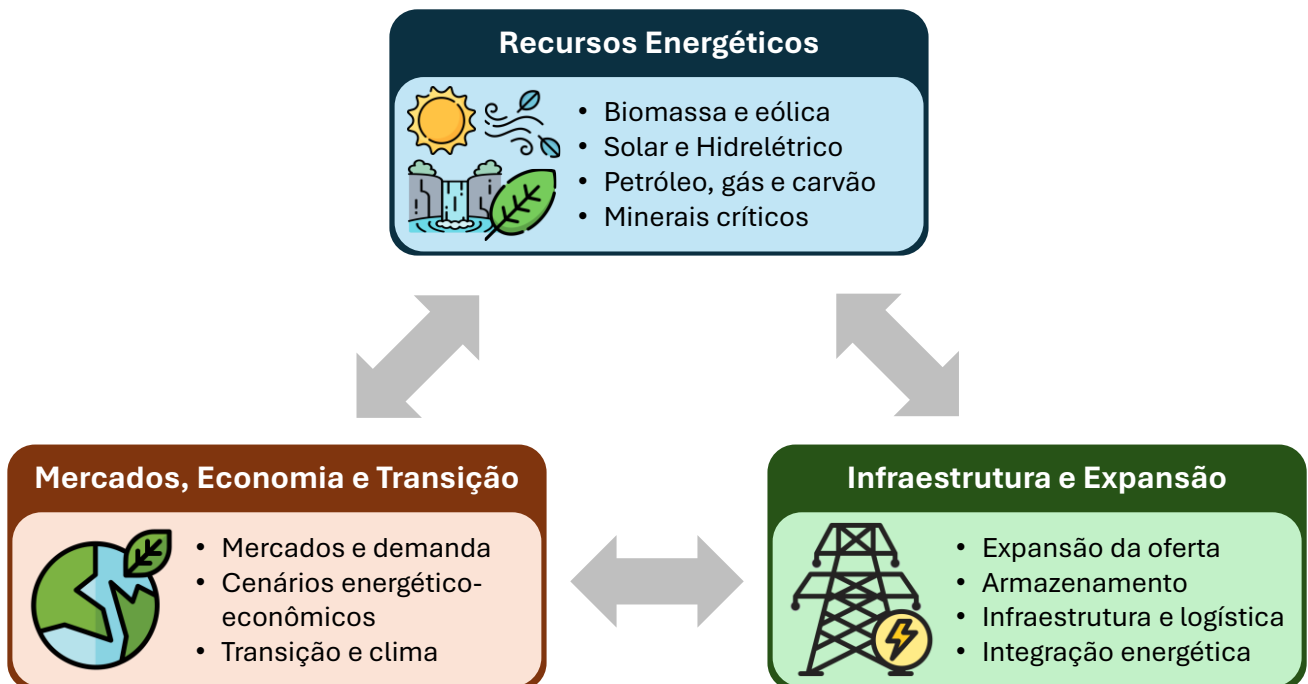
A Empresa de Pesquisa Energética (EPE) é uma empresa pública federal vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME), constituída como sociedade anônima de capital fechado, cujas ações são detidas exclusivamente pela União.

A empresa é regida especialmente pelas Leis nº 6.404/1976, nº 10.847/2004 e nº 13.303/2016, pelos Decretos nº 5.184/2004 e nº 8.945/2016, bem como por seu Estatuto Social.

Com sede em Brasília e escritório central na cidade do Rio de Janeiro, onde concentra suas atividades técnicas, a EPE desenvolve estudos, pesquisas e bases de informação que subsidiam a formulação, a implementação e a avaliação da política energética nacional.

A EPE conta com recursos da União para custeio, investimentos e manutenção de suas atividades institucionais, pois recebe recursos da União para pagamento de despesas com pessoal, custeio e investimentos. Seu corpo funcional é composto por profissionais altamente especializados nas áreas de planejamento energético, economia, engenharia, ciência de dados e políticas públicas.

A Lei nº 10.847/2004 estabelece competências institucionais da EPE no setor energético, organizadas em três grandes eixos de atuação:



A empresa também atua diretamente em diversos grupos e comitês com diferentes focos voltados à promoção de políticas públicas para o setor energético:

1. Desenvolvimento de Fontes Renováveis e Biocombustíveis
  - Comitê Técnico Permanente Combustível do Futuro
  - Grupo de Trabalho para avaliação dos impactos da importação de biodiesel e do Selo Biocombustível Social para o cumprimento do percentual obrigatório de mistura ao diesel B comercializado em todo o território nacional, incluindo a análise da suspensão da importação de biodiesel.
2. Planejamento e Gestão de Recursos Energéticos
  - Comitê Gestor do Programa Nacional do Hidrogênio (Coges-PNH2)
  - Grupo de Trabalho sobre o novo valor para o preço da energia a ser gerada pela Usina Nuclear Angra 3.
3. Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural
  - Grupo de Trabalho do Programa Gás para Empregar.

O atual modelo de negócios da EPE contempla o MME como cliente institucional. Apesar disso, diversos agentes públicos e privados, assim como a sociedade em geral, são usuários ou se beneficiam, de forma direta ou indireta, dos produtos e serviços que a Empresa entrega.

Desde sua criação, a EPE consolidou-se como instituição de referência para o planejamento energético nacional, produzindo estudos e cenários que subsidiam políticas públicas e decisões estratégicas para o setor energético brasileiro.

Passados 20 anos desde sua fundação, a EPE continua desempenhando um papel essencial na estruturação do setor energético brasileiro, contribuindo para a segurança do suprimento energético, o desenvolvimento sustentável e a transição para uma matriz energética mais limpa e eficiente.

A EPE tem se destacado pela capacidade de construir e mobilizar parcerias institucionais qualificadas como instrumento de aprimoramento técnico de seus estudos, ampliação de sua base informacional e fortalecimento de consensos em torno de temas estratégicos do setor energético. Atualmente, a Empresa possui 36 instrumentos de cooperação vigentes, envolvendo instituições relevantes do contexto nacional e internacional. Além das relações já consolidadas com agentes centrais do setor, como a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) e a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), a EPE mantém parcerias com instituições como o IBGE, a PPSA, o IBAMA, a OLACDE, a ApexBrasil, o BID, o CEBRI e a *Innovation Norway*. Essas cooperações permitem à Empresa acessar dados, desenvolver estudos conjuntos, qualificar metodologias, apoiar a formulação de políticas públicas, promover oportunidades de investimento e articular diferentes visões técnicas em torno de agendas complexas, reforçando seu papel como instituição de referência para o planejamento energético brasileiro.

A integração com os citados agentes permite: (i) o intercâmbio de informações e dados; e (ii) a elaboração de estudos conjuntos, preservadas suas distintas atribuições e competências legais e regulamentares.

A EPE publica documentos relevantes para a tomada de decisão do setor, como o Balanço Energético Nacional, as Revisões Quadrimestrais das projeções do consumo e da carga do Sistema Interligado Nacional (SIN), que subsidiam o Planejamento Anual da Operação Energética do ONS, o Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE) e o Plano Nacional de Energia (PNE), que estruturam as análises realizadas pela Empresa e que contam com a coordenação do MME.

O Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE) é elaborado anualmente e oferece previsões, cenários, riscos e opções de investimento para a próxima década, de maneira integrada e indicativa. O documento direciona atividades do Ministério de Minas e Energia (MME) e do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), servindo como fundamento para a execução de leilões destinados à contratação de novos projetos de geração e transmissão de energia. A aprovação da versão mais recente, o PDE 2034, ocorreu por meio da Portaria MME nº 831, de 8 de abril de 2025.

O PDE é elaborado a partir de uma sequência interconectada de modelos especializados, que oferecem uma perspectiva abrangente do setor energético. Esses modelos fundamentam-se em cenários macroeconômicos e setoriais interconectados, que sustentam análises de demanda, abarcando eficiência energética e incluindo a variável da preservação ambiental em suas modelagens.

Apesar de apresentar natureza indicativa, o Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE) desempenha também uma função tática, ao refletir decisões de investimento previamente adotadas e ao acompanhar políticas públicas em execução, configurando-se como um instrumento relevante para a observação do equilíbrio estrutural entre oferta e demanda no período de dez anos.

Por sua vez, o Plano Nacional de Energia (PNE), cuja atualização está programada para ocorrer a cada cinco anos, possui uma abordagem mais estratégica e de longo prazo, abarcando períodos de 30 anos ou mais. O documento considera contextos de transição energética, descarbonização da matriz energética, mudanças tecnológicas, alterações nos padrões de consumo e produção de energia, além de aspectos geopolíticos e ambientais.

Além disso, a EPE divulga notas técnicas, boletins, *fact sheets* e análises de conjuntura, entre outros estudos técnicos voltados à interpretação de eventos recentes e tendências de curto e médio prazo que afetam o setor energético brasileiro. Esses materiais têm o objetivo de apoiar decisões estratégicas do governo e de agentes do setor, fornecendo diagnósticos fundamentados em dados atualizados sobre o cenário nacional e internacional.

Dessa forma, a EPE exerce a função atribuída pela Constituição ao Estado como formulador de planos para o setor energético, nos termos do art. 174 da Constituição da República. A realização de atividades de planejamento para o setor energético consubstancia atividade de relevante interesse coletivo, justificando a criação e a manutenção da Empresa, em atendimento ao disposto no caput do art. 173 da Constituição da República.

As finalidades institucionais da EPE envolvem um conjunto de atividades intensivas, com elevado grau de especialização técnica e conhecimento, requerendo domínio de tecnologias de ponta e atualização contínua de processos e métodos.

Adicionalmente, os efeitos esperados dos estudos da EPE são de natureza prospectiva, com impactos que se projetam no médio e longo prazo, exigindo visão estratégica e capacidade de adaptação às transformações do ambiente externo.

Tal contexto aponta para a continuidade do desempenho das atividades da EPE com vistas a garantir a satisfação da necessidade de produzir estudos que subsidiem o adequado desenvolvimento da política energética nacional.

## 2 Contribuições para as políticas públicas

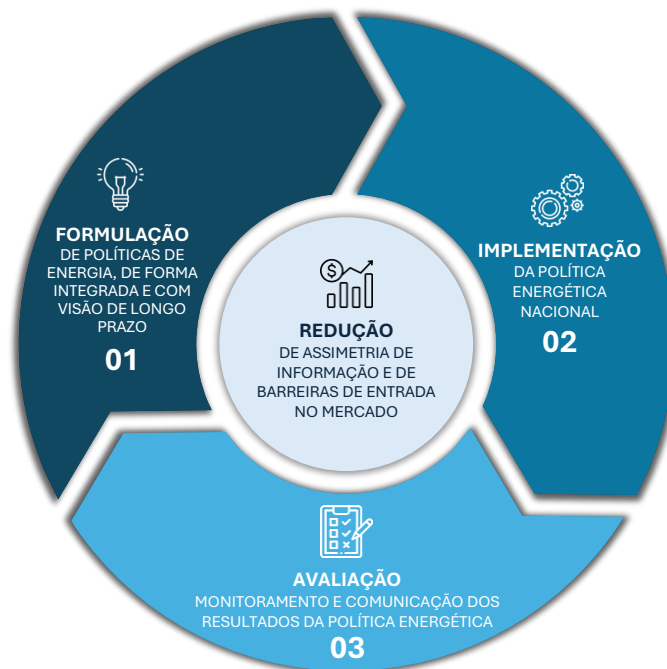
### 2.1 Entregas de valor público

Desde a sua criação, há mais de 20 anos, a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) desempenha papel central nas discussões estratégicas relacionadas ao setor energético brasileiro. Sua atuação, orientada pelas diretrizes do Ministério de Minas e Energia (MME) e por um conjunto abrangente de leis e normativos, assegura a aderência de suas atividades ao interesse público que fundamentou sua criação.

Nos termos da Lei nº 10.847/2004, que institui a EPE, os estudos e pesquisas desenvolvidos pela Empresa têm como finalidades subsidiar a formulação, o planejamento e a implementação de ações do Ministério de Minas e Energia (MME) no âmbito da Política Energética Nacional, instituída pela Lei nº 9.478/1997.

Além da atuação junto a fóruns, órgãos e instituições do setor energético, a EPE participa de instâncias estratégicas da governança energética nacional, como o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) e o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE), contribuindo diretamente para a formulação, o acompanhamento e a implementação de políticas públicas de médio e longo prazo.

Em consonância com uma visão integrada do setor energético brasileiro, a atuação da EPE estrutura-se na geração de valor público ao acionista por meio de quatro eixos principais: formulação, implementação, avaliação e redução da assimetria de informações, conforme ilustrado na figura a seguir.



Como empresa pública de natureza técnica, com atuação imparcial e desprovida de interesses econômicos próprios, a EPE exerce papel relevante na produção e disseminação de informações qualificadas sobre o setor energético. Essa atuação contribui para a redução das assimetrias de informação, elemento essencial para o adequado funcionamento dos mercados.

A redução dessas assimetrias contribui para a diminuição dos custos de transação associados à tomada de decisão por parte de agentes públicos e privados, ampliando a eficiência alocativa, reduzindo barreiras à

entrada e promovendo um ambiente mais competitivo e transparente. Em mercados caracterizados por maior disponibilidade e acessibilidade de informações, observa-se maior previsibilidade e melhor qualidade nas decisões de investimento e planejamento.



Nesse contexto, a EPE atua como provedora de informações públicas estratégicas, sendo responsável pela produção, sistematização e disseminação de dados, estudos e análises que subsidiam o planejamento energético nacional. A confiabilidade, a consistência e a transparência dessas informações são elementos fundamentais para a credibilidade institucional da Empresa.

A produção técnica da EPE é amplamente disponibilizada à sociedade por meio de publicações, sistemas de informação, bases de dados abertas e outros instrumentos de comunicação, sendo utilizada por agentes governamentais, investidores, pesquisadores e pela sociedade em geral. Esse conjunto de iniciativas contribui para o fortalecimento da transparência e para a ampliação do acesso à informação no setor energético.

No exercício de 2025, a EPE manteve contribuição relevante para a política energética nacional, por meio da elaboração de estudos, planos, notas técnicas, bases de dados e sistemas de informação, além da participação ativa em fóruns nacionais e internacionais. Destacam-se, nesse período, o fortalecimento das ações relacionadas à Agenda 2030, a evolução dos instrumentos de transparência e o aprimoramento da comunicação institucional com públicos estratégicos.

A atuação da EPE também gera impactos positivos nas economias regionais, ao fornecer subsídios técnicos que orientam políticas públicas voltadas à expansão e ao desenvolvimento do setor energético. Os estudos realizados pela Empresa contribuem para a identificação de potenciais energéticos regionais, favorecendo a atração de investimentos, o desenvolvimento de infraestrutura e o fortalecimento de cadeias produtivas locais, com reflexos na geração de emprego e renda.

Adicionalmente, a incorporação de aspectos socioambientais nos estudos desenvolvidos pela EPE contribui para a promoção de um desenvolvimento energético sustentável e inclusivo. A consideração de populações vulneráveis, territórios tradicionais e vocações regionais para fontes renováveis, como solar, eólica e biomassa, reforça o papel da Empresa na redução das desigualdades regionais e na ampliação do acesso à energia.

Por fim, o infográfico a seguir apresenta, de forma ilustrativa, algumas das principais contribuições da EPE no âmbito da Política Energética Nacional e dos planos e programas a ela associados.



## 2.2 Declaração de recursos

O orçamento anual da EPE e sua formulação, na condição de empresa pública dependente, integram o Orçamento Geral da União (OGU), observam as orientações da Lei de Diretrizes Orçamentárias Anual (LDO), bem como os valores aprovados na Lei Orçamentária Anual (LOA) e os limites de empenho e pagamento definidos.

Em 2025, as atividades finalísticas da EPE foram custeadas por meio de programas de governo previstos no Plano Plurianual (PPA) 2024–2027, instituído pela Lei nº 14.802/2024. As respectivas ações associadas a cada programa foram definidas na LOA 2025, Lei nº 15.121/2025. As despesas com pessoal, benefícios, funcionamento e manutenção da Empresa foram realizadas por programas e ações padronizados descritos na referida lei orçamentária.

O exercício de 2025 foi marcado por ambiente fiscal e orçamentário restritivo, exigindo elevado nível de coordenação, planejamento e capacidade de resposta da EPE nos campos orçamentário e financeiro. A execução do orçamento ocorreu, inicialmente, em regime provisório, nos termos do regime de duodécimos previsto na LDO, até a aprovação da LOA em abril. Ao longo do exercício, a Empresa enfrentou sucessivos bloqueios, decretos de limitação de empenho e faseamentos, o que impôs maior complexidade à gestão orçamentária e demandou ajustes contínuos na programação das despesas.

Nesse contexto, a execução concentrou-se nos meses finais do exercício, após a liberação integral dos recursos e a viabilização das contratações planejadas.

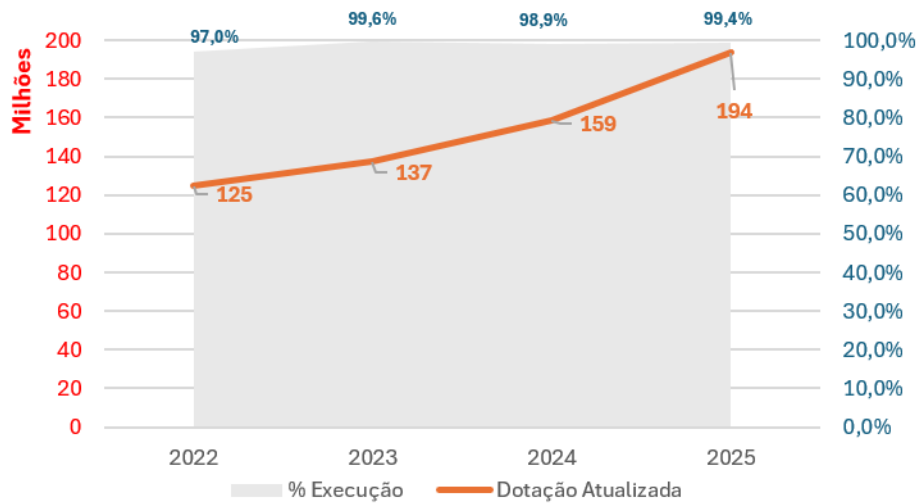
O exercício de 2025 foi encerrado com índice de execução orçamentária de 99,44% de uma dotação final de R\$ 193,6 milhões, que considera despesas obrigatórias e discricionárias e exclui a reserva de contingência. Do total das despesas empenhadas, 85,4% foram pagas dentro do próprio exercício, o que corresponde ao montante de R\$ 164,3 milhões, evidenciando a efetividade da programação orçamentária e financeira da EPE.

No âmbito das despesas discricionárias, a execução foi impactada pelo regime de execução provisória previsto no art. 70 da LDO 2025, vigente até abril, quando da aprovação da LOA. Adicionalmente, ao longo do exercício, a EPE esteve sujeita a decretos de faseamento e limitação de empenho, que restringiram a dotação disponível e demandaram maior rigor na priorização dos gastos. Apesar dessas restrições, a Empresa empenhou R\$ 39,0 milhões em despesas discricionárias, alcançando índice de execução de 99,5%. Do total empenhado, 87,0%, equivalente a R\$ 33,9 milhões, foram pagos no exercício.

Em relação às despesas obrigatórias, a dotação inicial de R\$ 135,2 milhões mostrou-se insuficiente frente às necessidades da Empresa. Diante desse quadro, foi necessária articulação junto aos órgãos centrais para adequação do orçamento, o que resultou em dotação final de R\$ 154,4 milhões. Desse total, foram empenhados R\$ 153,5 milhões, correspondendo a uma execução de 99,4%.

Comparativamente ao exercício anterior, o volume de despesas empenhadas em 2025 foi R\$ 35,6 milhões superior, representando crescimento de 22,7%. No campo da execução financeira, os pagamentos realizados em 2025 superaram os de 2024 em 16,5%, com acréscimo de R\$ 23,2 milhões.

Os resultados apresentados evidenciam a capacidade da EPE de adaptar-se a cenário fiscal adverso, mantendo elevados padrões de governança, previsibilidade financeira e eficiência na execução orçamentária. A empresa tem demonstrado consistência relacionada a elevados índices de execução orçamentária ao longo dos últimos exercícios, estabelecendo uma excelente média nos últimos quatro anos de 98,7%, sustentando esses índices com o crescimento de sua dotação orçamentária aprovada.



Os recursos orçamentários e financeiros disponibilizados à EPE no exercício de 2025 foram integralmente direcionados à execução de suas atividades institucionais, em alinhamento com as políticas públicas do setor energético e com os objetivos estabelecidos no planejamento estratégico da Empresa, assegurando a continuidade e a qualidade dos estudos, projetos e entregas realizadas.

## 2.3 Aderência aos ODS e iniciativas de ASG

A Agenda 2030, adotada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2015, estabelece 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas universais, orientando países e instituições na promoção do desenvolvimento sustentável em suas dimensões econômica, social e ambiental.

A atuação da EPE apresenta elevada aderência a essa agenda, especialmente em razão de seu papel na formulação, no planejamento e na avaliação de políticas públicas no setor energético, que possui interface direta com diversos ODS.

Destaca-se que, por meio dos dados do Balanço Energético Nacional (BEN), a EPE contribui para a elaboração de indicadores utilizados no acompanhamento das metas nacionais relacionadas à eficiência energética e à participação de fontes renováveis na matriz energética, no âmbito do ODS 7. A Empresa é responsável por prover essas informações ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), órgão responsável pelo monitoramento da Agenda 2030 no Brasil.

Em 2025, a EPE ampliou suas contribuições à Agenda 2030, com destaque para a submissão de oito projetos à Certificação do Instituto ODS, resultando na obtenção do Selo ODS Prata. Esse reconhecimento reforça o alinhamento das atividades da Empresa com os princípios do desenvolvimento sustentável.

Adicionalmente, a EPE alcançou índice de 97,56% no Índice de Transparência, obtendo o Selo Diamante do Programa Nacional de Transparência Pública, iniciativa da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), com apoio do Tribunal de Contas da União (TCU). Esse resultado evidencia a aderência da Empresa às melhores práticas de governança, transparência e prestação de contas, em linha com as dimensões Ambiental, Social e de Governança (ASG).

A incorporação das dimensões ambiental, social e de governança (ASG) à atuação da EPE vem sendo progressivamente fortalecida, com avanços em transparência, integridade, diversidade e sustentabilidade corporativa, reforçando o alinhamento da Empresa às melhores práticas de governança e à geração de valor público.

A seguir, são apresentados exemplos selecionados de contribuições da EPE, ao longo de 2025, para o desenvolvimento sustentável, correlacionados com os ODS mais diretamente relacionados à sua atuação institucional.

### ODS 1 – Erradicação da Pobreza

A EPE contribui para o enfrentamento da pobreza energética no Brasil por meio da elaboração de estudos e subsídios técnicos voltados à ampliação do acesso à energia e à redução das desigualdades associadas ao setor energético.

**Destaque:** Observatório Brasileiro de Erradicação da Pobreza Energética (OBEPE) e Nota Técnica sobre Pobreza e Justiça Energética.

### ODS 3 – Saúde e Bem-Estar

A Empresa promove ambiente de trabalho seguro e saudável, por meio de iniciativas voltadas à qualidade de vida, prevenção de doenças e bem-estar dos colaboradores.

**Destaque:** Projeto EPE Vida e Programa de Suporte Psicológico.

## ODS 4 – Educação de Qualidade

A EPE atua como referência na disseminação de conhecimento sobre energia, por meio de publicações técnicas e iniciativas de comunicação voltadas à sociedade.

*Destaque: Projeto ABCDEnergia.*

## ODS 5 – Igualdade de Gênero

A Empresa promove ambiente institucional inclusivo, com iniciativas voltadas à equidade de gênero, diversidade e prevenção de discriminação e assédio, incluindo ações coordenadas pelo Cigrad.

**Destaque:** Relatório de Transparência Salarial do Ministério do Trabalho e Emprego indicou que, em 2025, as mulheres da EPE apresentaram remuneração média superior à dos homens, além de participação proporcionalmente relevante em cargos de liderança e funções comissionadas.

## ODS 7 – Energia Limpa e Acessível

O ODS 7 está diretamente relacionado à missão institucional da EPE. A Empresa contribui para sua implementação ao subsidiar políticas públicas voltadas à segurança energética, à expansão da oferta e à promoção de fontes renováveis.

*Destaque: estudos sobre eólicas offshore e apoio à regulação do setor.*

## ODS 8 – Trabalho Decente e Crescimento Econômico

A atuação da EPE contribui para o desenvolvimento econômico ao apoiar políticas energéticas que promovem atividades produtivas, geração de emprego e crescimento sustentável.

## ODS 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura

A Empresa contribui para o desenvolvimento de infraestrutura energética e para a incorporação de tecnologias inovadoras, por meio de estudos técnico-econômicos e planejamento da expansão energética.

**Destaque:** atualização da plataforma Inova-e e acompanhamento das diretrizes do CNPE para investimentos em PD&I associados à transição energética.

## ODS 12 – Consumo e Produção Responsáveis

A EPE promove práticas sustentáveis em sua gestão interna e na interação com a sociedade, com destaque para iniciativas voltadas à racionalização do uso de recursos, à redução de resíduos e ao fortalecimento da sustentabilidade nas atividades administrativas e operacionais da Empresa.

**Destaque:** ações desenvolvidas no âmbito do Plano de Logística Sustentável (PLS), incluindo iniciativas relacionadas à gestão de resíduos, compras sustentáveis, consumo consciente de energia, água e materiais, além de campanhas de conscientização socioambiental.

## ODS 13 – Ação contra a Mudança Global do Clima

A Empresa contribui para a integração da agenda climática ao planejamento energético, por meio de estudos sobre resiliência do setor energético, avaliação de emissões e análise dos impactos das mudanças climáticas.

**Destaque:** estudos sobre resiliência climática do setor elétrico e avaliação da aderência dos planos energéticos nacionais aos compromissos climáticos internacionais.

## **ODS 17 – Parcerias e Meios de Implementação**

A EPE mantém parcerias com instituições nacionais e internacionais, compartilhando conhecimento técnico e contribuindo para o fortalecimento da capacidade institucional na implementação de políticas energéticas sustentáveis.

**Destaque:** manutenção de 36 instrumentos de cooperação vigentes com instituições nacionais e internacionais, incluindo Aneel, ANP, ONS, CCEE, IBGE, BID, CEBRI e Innovation Norway.



# GOVERNANÇA CORPORATIVA

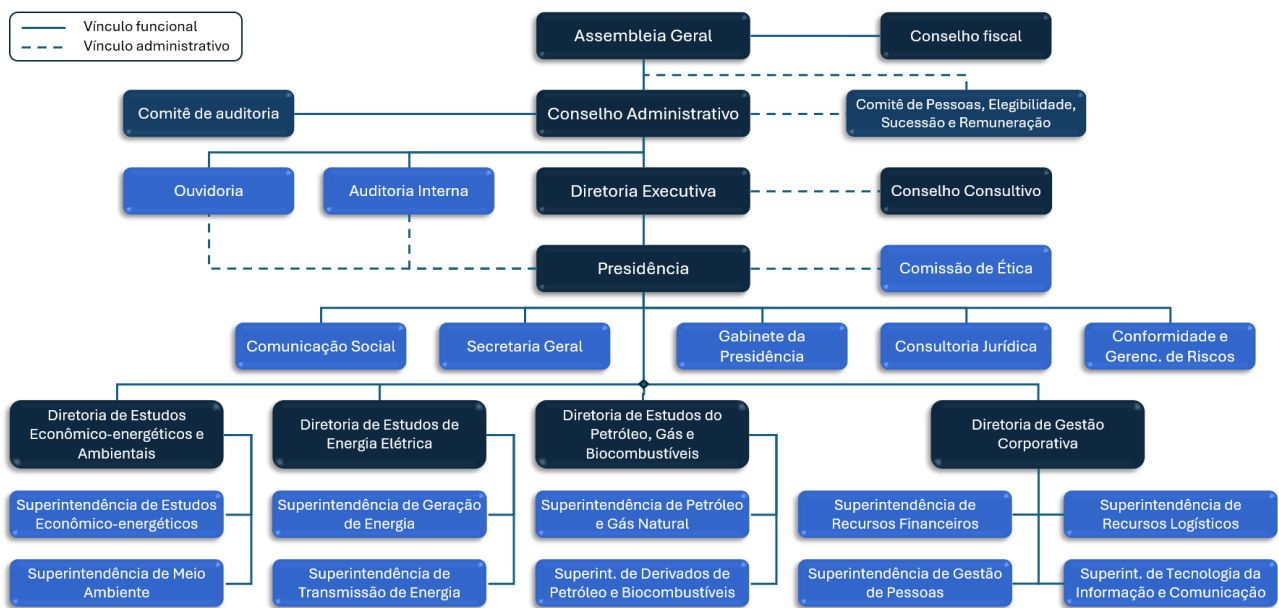


### 3 Governança corporativa

#### 3.1 Informações societárias e governança corporativa

O controle acionário da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) é detido integralmente pela União. A empresa não possui participação societária em outras empresas, nem subsidiárias ou coligadas.

A estrutura das instâncias de governança que compõem a EPE pode ser observada no organograma apresentado a seguir.



A EPE, para o exercício de suas atividades institucionais, conta com diversos órgãos estatutários, comitês e colegiados de assessoramento. Esses órgãos, compostos por representantes internos e externos à Administração Pública, exercem funções deliberativas, fiscalizadoras ou consultivas, de acordo com suas atribuições, contribuindo para uma gestão mais eficiente, transparente e orientada ao desenvolvimento energético do país e à geração de valor para a sociedade.

Nos termos do Estatuto Social da EPE, a Assembleia Geral é o órgão máximo da empresa, com poderes para deliberar sobre todos os negócios relativos ao seu objeto social, inclusive quanto à alteração do capital social e do estatuto da empresa. Composta por um único acionista votante, a União é representada pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

O [Conselho de Administração](#) é composto por seis membros, eleitos pela Assembleia Geral, na forma estabelecida no Estatuto Social da empresa, sendo um deles representante dos empregados. É vedado à mesma pessoa acumular os cargos de Presidente da Empresa e de Presidente do Conselho de Administração.

A [Diretoria Executiva](#) é composta pelo Diretor-Presidente e por quatro diretores, responsáveis pelas seguintes diretorias:

- Diretoria de Estudos Econômico-Energéticos e Ambientais (DEA);
- Diretoria de Estudos de Energia Elétrica (DEE);
- Diretoria de Estudos do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (DPG);
- Diretoria de Gestão Corporativa (DGC).

Vinculadas às diretorias, há atualmente onze superintendências responsáveis pela execução das atividades necessárias ao atingimento dos objetivos institucionais da empresa, como pode ser observado nos [Relatórios de Administração](#).

O [Conselho Consultivo](#) (CONCEPE) constitui um importante instrumento de participação social da EPE, funcionando como elo entre os principais agentes do setor energético e as atividades desenvolvidas pela empresa. Nesse ambiente são discutidos temas relevantes para o setor, como a transição energética, e os produtos e iniciativas da EPE que contribuem para a construção de consensos e para a redução de assimetrias informacionais no setor energético.

O [Conselho Fiscal](#) é órgão permanente de fiscalização, de atuação colegiada e individual, composto por três membros efetivos e respectivos suplentes, indicados pelo Ministro de Estado de Minas e Energia e pelo Ministro de Estado da Fazenda, e eleitos pela Assembleia Geral. O prazo de atuação dos membros do Conselho Fiscal é de dois anos, sendo admitidas, no máximo, duas reconduções consecutivas.

O [Comitê de Auditoria da EPE](#) foi integralmente recomposto em 2024, por meio de eleição de seus membros pelo Conselho de Administração. Esse órgão exerce importante papel na supervisão da qualidade das demonstrações contábeis, na efetividade dos sistemas de controle interno e na gestão de riscos da empresa, além de acompanhar as atividades da auditoria interna e da auditoria independente.

O [Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração](#), criado após a entrada em vigor da Lei nº 13.303/2016 e previsto no Estatuto Social da empresa, auxilia o acionista e o Conselho de Administração na verificação da conformidade do processo de indicação e avaliação de administradores, conselheiros fiscais e membros do Comitê de Auditoria. Além disso, acompanha a política de pessoal, o plano de sucessão e a remuneração dos administradores.

As competências dos órgãos estatutários da EPE encontram-se definidas no [Estatuto Social](#) da empresa, cuja última aprovação ocorreu na 18ª Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 30 de abril de 2024.

A EPE conta com uma Secretaria-Geral responsável pela gestão dos órgãos de governança, organizando e prestando suporte às suas atividades e facilitando a comunicação entre esses órgãos e as demais áreas da empresa.

Dessa forma, os [órgãos de governança estatutários](#) atuam alinhados às obrigações legais e às normas internas da empresa. A Secretaria-Geral atua ainda na implementação de boas práticas de governança corporativa, por meio da organização de treinamentos anuais para conselheiros, da realização de avaliações de desempenho dos dirigentes, da elaboração de planos de trabalho e da atualização das informações no portal de governança, garantindo maior transparência institucional.

Além dos órgãos estatutários, a estrutura de governança da EPE também conta com unidades responsáveis pelos controles internos e pelo gerenciamento de riscos inerentes às atividades da empresa, destacando-se a Área de Conformidade e Gerenciamento de Riscos, a Auditoria Interna e a Ouvidoria. As competências dessas unidades encontram-se estabelecidas no Estatuto Social da empresa.

A [Área de Conformidade e Gerenciamento de Riscos \(CGR\)](#) é vinculada diretamente à Presidência da EPE e atua como unidade interna de governança responsável por auxiliar as demais áreas da empresa e os seus órgãos estatutários na gestão de riscos e na promoção da conformidade, atuando como segunda linha de defesa nos controles internos.

Sua atuação abrange a análise de normativos internos e a verificação da conformidade de contratações submetidas à alçada do Conselho de Administração. A CGR também coordena respostas e medidas de aperfeiçoamento decorrentes de questionários de fiscalização de órgãos de controle, além de monitorar a implementação dos planos de ação para tratamento de riscos e realizar reportes periódicos aos órgãos estatutários.

A [Auditoria Interna da EPE](#) é vinculada diretamente ao Conselho de Administração e desempenha papel relevante como terceira linha de defesa da empresa, realizando trabalhos programados e projetos especiais de auditoria, com recomendações destinadas ao aperfeiçoamento dos processos e controles internos.

A Ouvidoria dispõe de [canal confiável](#) para o recebimento e tratamento de manifestações da sociedade, classificadas como reclamações, denúncias, sugestões, elogios e solicitações. A unidade também atua como canal para pedidos de informação com base na Lei de Acesso à Informação, por meio do sistema [Fala.BR](#), além de elaborar relatórios periódicos destinados aos órgãos de controle.

Sua atuação ocorre em alinhamento com os normativos estabelecidos pela Ouvidoria-Geral da União e com o Decreto nº 9.492/2018, atualizado pelo Decreto nº 10.890/2021. A [Ouvidoria da EPE](#) é vinculada diretamente ao Conselho de Administração e exerce papel relevante na mediação de conflitos e na busca por soluções efetivas para situações recorrentes.

Em cumprimento ao Decreto nº 1.171/1994, a EPE dispõe de uma [Comissão de Ética](#), responsável por orientar e aconselhar sobre a conduta ética profissional dos empregados e profissionais vinculados à empresa, bem como sobre o relacionamento com a sociedade e a adequada utilização do patrimônio público.

As áreas de governança e de gestão da empresa atuam de forma integrada para assegurar que os objetivos institucionais da EPE sejam alcançados com transparência, efetividade e economicidade.

## Plano Estratégico ciclo 2026-2030 e Plano de Negócios Anual 2026

O Planejamento Estratégico da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) é um instrumento de gestão e governança que orienta a organização na definição de objetivos e estratégias de curto, médio e longo prazos. Ele estabelece onde a empresa está, para onde deseja ir e quais ações são necessárias para alcançar esses objetivos, em um processo contínuo e sistemático de tomada de decisão.

A EPE estrutura seu planejamento em três níveis:

- Estratégico, sob gestão do Conselho de Administração;
- Tático, sob responsabilidade da Diretoria Executiva; e
- Operacional, conduzido pelas Diretorias e Superintendências.

Pela ótica estratégica a EPE mantém-se em conformidade com o art. 23 da Lei nº 13.303/2016, mantendo dois instrumentos principais aprovados pelo Conselho de Administração, até a última reunião ordinária de cada exercício, São eles:

- Plano Estratégico Institucional (Plano de Longo Prazo - PLP), com horizonte de cinco anos;
- Plano de Negócios Anual (PNA), para o exercício seguinte.

O novo ciclo do Planejamento Estratégico Institucional (2026-2030), assim como a nova proposta do Plano de Negócios 2026, foram aprovados pelo Conselho de Administração por meio da DCA nº 06/305<sup>a</sup>, de 12 de dezembro de 2025.

Ressalta-se que o PNA 2026 mantém a determinação para que a Diretoria Executiva elabore os planos táticos alinhados ao Planejamento Estratégico Institucional distribuídos em cinco portfólios:

- Ações Recorrentes para o Planejamento Energético (ARP);
- Ações de Suporte à Política Pública (ASP);
- Ações Transformadoras (ATF);
- Ações de Tratamento de Riscos Estratégicos (ATR);
- Ações de Comunicação e Participação Social (ACP).

Seguem os links para os documentos aprovados:

- [Planejamento Estratégico da EPE \(ciclo 2026-2030\)](#)
- [Plano de Negócios Anual 2026](#)
- [Resumo executivo do Planejamento Estratégico \(ciclo 2026-2030\) e do Plano de Negócios Anual 2026](#)

## 3.2 Dados econômico-financeiros, comentários dos administradores e fatores de risco

### 3.2.1 Dados Econômico-Financeiros

Em 2025, a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) apresentou variações relevantes em seus indicadores econômico-financeiros, refletindo a dinâmica de seu modelo de financiamento e a evolução de sua estrutura patrimonial e de passivos.

O exercício foi encerrado com prejuízo de R\$ 8.651 mil, que, somado ao saldo de prejuízos acumulados de exercícios anteriores, no montante de R\$ 2.834 mil, resultou em prejuízo acumulado de R\$ 11.485 mil ao final do exercício. Em razão desse resultado, não haverá destinação de resultados, seja para reservas de qualquer natureza, seja para dividendos mínimos obrigatórios.

Relatório da Administração 2025...

A análise dos indicadores econômico-financeiros da EPE evidencia a manutenção de níveis adequados de liquidez, ainda que com variações em relação ao exercício anterior. A liquidez corrente passou de 1,99 em 2024 para 1,61 em 2025, permanecendo dentro do patamar considerado ideal ( $>1$ ). Esse indicador demonstra que a Empresa mantém capacidade de honrar suas obrigações de curto prazo com os ativos circulantes disponíveis. Ressalta-se que o principal componente do ativo circulante da EPE são as disponibilidades, cuja utilização está condicionada ao regime orçamentário e à aprovação da Lei Orçamentária Anual, característica inerente às empresas estatais federais dependentes do orçamento fiscal.

A liquidez geral apresentou redução de 1,15 em 2024 para 1,07 em 2025, mantendo-se igualmente dentro do nível de referência ( $>1$ ). Esse comportamento reflete, principalmente, a evolução das obrigações trabalhistas e sociais derivadas do Acordo Coletivo de Trabalho, que impactam a estrutura do passivo. Ainda assim, o indicador evidencia que a Empresa preserva capacidade de honrar seus compromissos de curto e longo prazos sem a necessidade de alienação de ativos imobilizados e intangíveis.

O índice de endividamento aumentou de 1,65 em 2024 para 2,35 em 2025, afastando-se do parâmetro considerado ideal ( $<1$ ). Esse resultado também está associado, principalmente, ao crescimento das obrigações trabalhistas e sociais derivadas do Acordo Coletivo de Trabalho, bem como ao aumento do prejuízo acumulado no balanço.

De forma geral, os indicadores evidenciam que, apesar da elevação do nível de endividamento e da redução dos índices de liquidez em relação ao exercício anterior, a EPE mantém equilíbrio econômico-financeiro compatível com sua natureza institucional e com o modelo de financiamento público, preservando capacidade de cumprimento de suas obrigações e a sustentabilidade de suas operações.

Relatório da Administração 2025...

Com relação aos principais fatos contábeis de 2025, destaca-se o aumento do capital social no montante de R\$ 2.986 mil, sem emissão de novas ações, subscrito e integralizado pela União, correspondente aos valores efetivamente recebidos pela EPE referentes aos créditos da União para investimentos em 2025, contabilizados como Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC). Em razão da integralização, a nova composição do capital social passou para R\$ 34.444 mil.

Em 2025, também foram registrados novos ingressos de recursos como AFAC encaminhados pela União no montante de R\$ 1.711 mil, compreendendo os valores efetivamente recebidos pela EPE referentes aos

créditos da União para investimentos em 2025. Esse saldo da conta AFAC 2025 será integralizado ao capital social em 2026, em data a ser agendada.

Os demonstrativos contábeis da EPE, constantes do Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração do Resultado Abrangente, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado e Notas Explicativas, são regidos pela Lei nº 6.404/1976, pela Lei nº 4.320/1964 e pelas Normas Brasileiras de Contabilidade. As informações relativas ao exercício de 2025 refletem adequada e integralmente a situação financeira e patrimonial da Empresa.

A auditoria realizada pela empresa BKR - Lopes & Machado Assessoria Tributária e Empresarial Ltda constatou que as demonstrações financeiras apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da EPE em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e o seu fluxo de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas do International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Relatório da Administração 2025...

A totalidade das [demonstrações financeiras da EPE](#) para 2025, assim como o Relatório do Auditor Independente para o período, pode ser encontrada nos anexos deste Relatório. Além disso, em conformidade com a Política de Divulgação de Informações da Empresa, tais demonstrações também são disponibilizadas no portal institucional da EPE.

### 3.2.2 Comentários dos Administradores

No exercício de 2025, a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) manteve elevado nível de desempenho institucional, refletido na execução consistente de suas atividades finalísticas e no fortalecimento de sua atuação como órgão de assessoramento técnico ao Ministério de Minas e Energia na formulação, no planejamento e na avaliação de políticas energéticas nacionais.

Ao longo do ano, a Empresa deu continuidade à elaboração e ao aperfeiçoamento de estudos estratégicos para o setor energético brasileiro, com destaque para o avanço do Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE 2035), o desenvolvimento do Plano Nacional de Energia (PNE 2055), os estudos relacionados ao Plano Nacional Integrado das Infraestruturas de Gás Natural e Biometano (PNIIGB), bem como análises sobre transição energética, resiliência climática, hidrogênio, eólicas offshore, expansão da transmissão e sistemas isolados.

A atuação da EPE também se destacou pelo fortalecimento de iniciativas voltadas à transparência, à inovação, à modernização institucional e à cooperação técnica com instituições públicas e privadas, ampliando a capacidade analítica da Empresa e o alcance de suas contribuições ao desenvolvimento do setor energético brasileiro. Nesse contexto, merecem registro a ampliação das bases e plataformas de informação pública, os avanços em governança, integridade e gestão de riscos, bem como o reconhecimento externo obtido com o Selo ODS Prata e o Selo Diamante no Programa Nacional de Transparência Pública.

Do ponto de vista da gestão administrativa e orçamentária, a Empresa demonstrou capacidade de adaptação a ambiente fiscal restritivo, mantendo elevados níveis de execução e eficiência na aplicação dos recursos públicos. O exercício de 2025 foi encerrado com índice de execução orçamentária de 98,4%,

evidenciando a efetividade da programação orçamentária e financeira e a preservação das condições necessárias à continuidade das atividades essenciais da Empresa.

Os resultados observados em 2025 evidenciam a relevância da EPE para o planejamento energético nacional e para o aprimoramento das políticas públicas do setor. Para os próximos exercícios, a Empresa seguirá comprometida com o fortalecimento de suas capacidades técnicas e institucionais, com o aprimoramento contínuo de seus processos e com a ampliação da cooperação com instituições nacionais e internacionais, de modo a contribuir de forma cada vez mais qualificada para o desenvolvimento sustentável do setor energético brasileiro.

### 3.2.3 Fatores de risco

A EPE adota práticas estruturadas de gestão de riscos e controles internos, integradas à governança corporativa e ao processo de gestão institucional. Essas práticas têm como objetivo identificar, avaliar, tratar e monitorar riscos que possam afetar o cumprimento das atribuições legais da empresa e a entrega de seus produtos e serviços.

Em 2025, a gestão de riscos foi fortalecida com a aprovação da nova Política de Gestão de Riscos e Controles Internos, que consolidou instrumentos normativos anteriormente dispersos e atualizou conceitos, referenciais metodológicos e competências institucionais. A nova política estabeleceu base institucional única para orientar a identificação, avaliação, tratamento e monitoramento de riscos, além de integrar de forma mais consistente os processos de gestão de riscos e controles internos ao ciclo de gestão organizacional.

No âmbito operacional, a metodologia de gestão de riscos foi aplicada prioritariamente a processos considerados críticos para a organização. Entre as iniciativas realizadas, destacam-se a identificação e análise de riscos associados à folha de pagamento, com registro no sistema corporativo de gestão de riscos (Risk Manager) e acompanhamento pelas instâncias de controle interno, bem como o avanço na análise de riscos relacionados aos processos de aquisições, incluindo identificação de causas, consequências e avaliação de riscos inerentes e residuais.

Adicionalmente, foram desenvolvidas ações voltadas ao fortalecimento da segurança da informação e da continuidade de negócios, incluindo a revisão da Análise de Impacto sobre o Negócio (BIA), o aperfeiçoamento dos planos de continuidade operacional e a realização de testes de segurança cibernética (PENTEST). Também foram conduzidas campanhas institucionais de conscientização em segurança da informação, com elevado engajamento dos empregados.

Essas iniciativas refletem o compromisso da EPE com o aprimoramento contínuo de suas práticas de governança, contribuindo para a prevenção de riscos, o fortalecimento dos controles internos e a confiabilidade dos processos institucionais.

Com o objetivo de mitigar esses riscos, a EPE adota práticas de governança, planejamento estratégico, gestão de pessoas e gestão de projetos, buscando continuamente aprimorar seus processos institucionais e fortalecer sua capacidade técnica e organizacional. A identificação e o acompanhamento desses riscos integram o processo de gestão e governança da Empresa, que utiliza instrumentos institucionais de monitoramento e avaliação para apoiar a tomada de decisão e o aprimoramento contínuo de suas atividades.

### 3.3 Composição e remuneração da administração

A remuneração dos administradores, do Conselho Fiscal e dos membros do Comitê de Auditoria é fixada pela Assembleia Geral, com base nas diretrizes emanadas pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (Sest/MGI).

Os membros da Diretoria Executiva, dos Conselhos de Administração e Fiscal e do Comitê de Auditoria recebem honorários a título de remuneração, observadas as bases normativas aplicáveis, entre as quais a Lei nº 12.813/2013, a Lei nº 13.303/2016, o Decreto nº 8.945/2016, o Decreto nº 9.745/2019, a Resolução CGPAR nº 39/2022 e o Estatuto Social da EPE.

Adicionalmente, é facultado aos membros da Diretoria Executiva optar pela percepção de subsídio de refeição ou alimentação, assistência médica e previdência complementar. Não são pagos quaisquer outros elementos de remuneração aos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, tampouco aos membros do Comitê de Auditoria.

Em 2025, a EPE efetuou os pagamentos conforme a metodologia de cálculo e o reajuste da remuneração aprovados pela Assembleia Geral. Todas as informações relativas aos salários e benefícios do corpo funcional, incluindo os membros estatutários, são disponibilizadas no sítio eletrônico da Empresa.

No exercício de 2025, foram apropriados, na estrutura de custos e despesas da Empresa, R\$ 1.030 mil em honorários da diretoria, R\$ 461 mil em honorários dos conselhos, R\$ 143 mil em honorários do Comitê de Auditoria e R\$ 221 mil em remuneração variável dos administradores.

#### 3.3.1 Programa de Remuneração Variável

A remuneração variável dos administradores da EPE observa as disposições legais e regulamentares aplicáveis às empresas estatais, bem como as diretrizes emanadas pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest/MGI) e as aprovações cabíveis no âmbito da governança da Empresa.

O Programa de Remuneração Variável (RVA) da EPE está associado ao desempenho institucional e ao cumprimento de metas estabelecidas no âmbito da governança corporativa da Empresa.

No exercício de 2025, foram apropriados R\$ 221 mil a título de remuneração variável dos administradores, conforme registrado na composição de custos e despesas da Empresa.

### 3.4 Inovações em governança corporativa

No exercício de 2025, a EPE deu continuidade ao aprimoramento de suas práticas de governança corporativa, com foco no fortalecimento da gestão de riscos, dos controles internos, da integridade institucional, da segurança da informação e da transformação digital.

Entre os avanços registrados no período, destaca-se a aprovação da nova Política de Gestão de Riscos e Controles Internos, que consolidou instrumentos normativos anteriormente dispersos e atualizou conceitos, metodologias e competências institucionais. A nova política estabeleceu base institucional integrada para orientar a identificação, a avaliação, o tratamento e o monitoramento de riscos, reforçando a articulação entre governança, planejamento e gestão organizacional.

No campo operacional, a metodologia de gestão de riscos foi aplicada a processos considerados críticos para a organização, com destaque para as análises relacionadas à folha de pagamento e aos processos de aquisições, com registro e acompanhamento no sistema corporativo de gestão de riscos (Risk Manager).

Também foram desenvolvidas iniciativas voltadas ao fortalecimento da segurança da informação e da continuidade de negócios, incluindo a revisão da Análise de Impacto sobre o Negócio (BIA), o aperfeiçoamento dos planos de continuidade operacional e a realização de testes de segurança cibernética (PENTEST). Essas ações foram acompanhadas de campanhas institucionais de conscientização em segurança da informação, com ampla participação dos empregados.

Adicionalmente, a EPE avançou no fortalecimento de sua infraestrutura tecnológica e de suas capacidades em ciência de dados e inteligência analítica, alinhadas ao Planejamento Estratégico da Empresa e à modernização de seus processos institucionais. Destacam-se iniciativas voltadas à ampliação das soluções tecnológicas de apoio aos estudos energéticos, à gestão da informação, ao processamento de dados e ao suporte às atividades de ciência de dados e inteligência artificial aplicadas ao planejamento energético.

No mesmo exercício, a EPE avançou ainda no fortalecimento de seu arcabouço de integridade e transparência, com resultados reconhecidos externamente, como a obtenção do Selo Diamante no Programa Nacional de Transparência Pública e o aperfeiçoamento contínuo de seus instrumentos normativos e de governança.

Esse conjunto de iniciativas contribuiu para o fortalecimento da governança corporativa da EPE, ampliando a transparência, a confiabilidade dos processos institucionais e a capacidade da organização de identificar, monitorar e mitigar riscos associados às suas atividades.



MINISTÉRIO DE  
MINAS E ENERGIA

